

# Adiadas novamente conversações de paz entre **FRELIMO e RENAMO**

O Diabo 18/6/91

## **JÁ SE PERDEU MUITO TEMPO**

**R**EGRESSARAM aos pontos de partida os intervenientes moçambicanos nas conversações de paz para Moçambique. Perderam-se dois meses, durante os quais a única coisa de ordem prática que se conseguiu foi a prorrogação do mandato da Comissão de Verificação dos Corredores da Beira e Limpopo, a que preside o embaixador da Itália em Maputo, **Manfredo di Camerana**, e que integra delegações militares da Renamo, do Governo moçambicano e do Zimbabué, além de observadores dos Estados Unidos, da URSS, da Grã-Bretanha, de Portugal e do Congo.

Impunha-se a prorrogação daquele mandato, cuja validade teria terminado no dia 19 — ou seja, seis meses após haver sido instituído — e que em Dezembro se julgava marcar o início de frutuosas conversações entre ambas as partes. Não obstante as alegadas violações, atribuídas aos guerrilheiros e dos zimbabueanos, o facto é que esse sistema de tréguas parciais tem decorrido em termos quase satisfatórios, *só sendo de lamentar que se tenha ficado por aí e que estes seis meses se tenham passado sem outras consequên-*

**Moçambique não se encontra em condições de suportar por muito mais tempo a guerra civil. É a própria sobrevivência daquele país que está em causa e a sua unidade nacional.**

*cias, quando se esperava que o exemplo de Angola fosse um incentivo para os negociadores moçambicanos.*

Quer em círculos próximos da Renamo quer em meios ligados à vida política de Maputo, nota-se cada vez mais o desejo — praticamente impossível — de substituir Roma por Lisboa nas negociações de paz. O mal não parece estar, porém, no cenário em que decorreram os encontros na comunidade romana de Santo Egidio, mas sim no ânimo dos negociadores. Tanto o representante do Governo

de Maputo, ministro **Armando Guebuza**, como o dirigente da Renamo, general **Raul Domingos**, não se pouparam a declarações promissoras. O próprio embaixador **Di Camerana** tomou a iniciativa de contactar os rebeldes «ao mais alto nível» e declarou ter constatado que a Renamo estava preparada para discutir todos os assuntos aprovados, nomeadamente os prolemas resultantes da nova Constituição, a lei dos partidos, a lei eleitoral e a formação de um exército nacional.

*Não obstante tudo isso — e a hipótese do líder da Renamo, Afonso Dlakhamá, intervir directamente nas conversações —, a sexta ronda não passou da prorrogação das actividades da comissão fiscalizadora dos corredores da Beira e do Limpopo. Suspensas mais uma vez, as conversações serão retomadas no começo de Julho.*

Para o chefe da delegação governamental, os problemas existentes devem-se ao facto de ainda se não ter criado entre as partes a confiança mútua necessária, «em particular porque a Renamo não confia nas mudanças profundas

que estão a operar-se na sociedade moçambicana».

O ministro **Armando Guebuza** deve ter razão nas suas explicações, como igualmente a deve ter ao recomendar aos incipientes

**O Governo de Maputo e a Renamo têm mostrado um crescente empenhamento no processo negocial em curso, reflectindo o estado de espírito da sociedade moçambicana. Mas a intransigência de ambas as partes tem conduzido as rondas de conversações a sucessivos impasses.**

partidos políticos moçambicanos — cujas estreias têm sido aliás desastrosas — que se dispensem de querer intervir nas negociações de Roma; mas por muita razão que **Guebuza** tenha, quem se não dá por satisfeito com explicações para o atraso da paz em Moçambique é o bispo da Beira, Mons. **Jaime Gonçalves**, que, como se sabe, tem sido o principal oboeiro das conversações de Santo Egidio.

Regressado à sua diocese, depois de haver presenciado em Roma à desconfortante espera de acordos que se eternizam, **D. Jaime dirigiu-se ao Governo e aos rebeldes apelando a que ambos redimensionem os seus pontos de vista, ou, por outras palavras, que ambos tenham em conta a importância fundamental do que está em causa — o bem insuperável da paz.**

Bem insuperável em termos imediatos, porque Moçambique não suporta por muito mais tempo os males trazidos pela guerra, em vidas perdidas e em ruínas acumuladas. Mas bem insuperável, também, em termos do futuro. É a própria sobrevivência de Moçambique, como unidade nacional, aquilo que está em risco.

A paz chegou a Angola a tempo de evitar o desastre da desagregação do país. Importa que chegue igualmente a tempo a Moçambique, mas para isso é preciso que chegue depressa. Ali não existe só um vasto mosaico de etnias africanas, a maior parte das quais partilhadas por países estrangeiros. Existe, também, um multiplicado xadrez religioso e uma muito diversificada rede de influências culturais e económicas, com que as consequências da cooperação internacional tendem a aumentar a dependência económica do país — e não apenas a dependência económica.

Se a isto se acrescentar a tendência crescente para o caos militar — com as deserções que se registam de ambos os lados, com a feudalização de comandos, com a existência de pequenos «exércitos privados», com a transferência de combatentes para o campo do banditismo —, *os responsáveis pelas dificuldades com que se defronta o restabelecimento da paz em Moçambique, sejam eles quais forem, poderão concluir que não devem perder mais tempo. Na verdade, já perderam muito.*